



Documento Norteador para inclusão escolar do aluno com TEA

AMAUC

Associação dos Municípios
do Alto Uruguai Catarinense

Concórdia, Julho de 2024

Coordenação de trabalhos:

Marisa de L. Dos Santos de Mello.

Apoio:

Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC.

Presidente: Olmir Paulinho Benjamini

Colegiado Regional de Educação da AMAUC

Presidente: Edenice Carina Rauschkolb Patzlaff

Vice-Presidente: Rosemar Aparecida Guerini Fiorentin

Assessor Educação da AMAUC: Neusa Maria Poletto Pucci

Consultor em Educação: Humberto Dalpizol

Municípios participantes da Formação

Alto Bela Vista - Arabutã – Concórdia – Ipira – Ipumirim - Irani - Itá - Lúndia do Sul
– Peritiba – Piratuba - Presidente Castelo Branco – Seara – Xavantina.

Grupo de trabalho da Educação Especial Inclusiva:

Adelaide Erci Muller	Alto Bela Vista
Alex Sandro Rodrigues Martins	Alto Bela Vista
Geli Lúcia Pessi	Alto Bela Vista
Dirlete Marlei Berner	Arabutã
Kelin Rauschkolb	Arabutã
Rúbia Cristina Patzlaff Kiekow	Arabutã
Ariane Bonatto	Concórdia
Cássia Bortoli Roncaglio	Concórdia
Cláudia Mara Malakowski Valcarenghi	Concórdia
Denise Clara Schuck	Concórdia
Juliane Cain da Silva Pastore	Concórdia
Julyana Aparecida Petry	Concórdia
Luciana Rita Bellincanta Salvi	Concórdia

Marcia Farinella	Concórdia
Nanci Aline da Silva Detofano	Concórdia
Rozana Orsolin	Concórdia
Caroline Berta Blank	Ipira
Luciane Inês Jung	Ipira
Carla Calvi	Ipumirim
Juciane Raimundi	Ipumirim
Liamara da Silva	Ipumirim
Margareth Cristina Baron De Mello	Ipumirim
Werenise Schach Ludescher	Ipumirim
Aleson Zentner Scatolin	Irani
Elenita Ribeiro	Irani
Evanes de Oliveira Ribeiro Fidel	Irani
Sandra Guareski kades	Irani
Sara Ferreira	Irani
Crisciani Ninow Viott	Itá
Kelly Priscilla Trevisol	Itá
Luciane Scopel	Itá
Vanessa Damo Curtarelli	Itá
Andressa Proinelli	Lindóia do Sul
Suzimar Valter	Peritiba
Cleci Reitel	Peritiba
Cristiane Salete Hoffmann da Costa	Peritiba
Kátia Renata Dick	Peritiba
Mariluci Sordi Klein	Peritiba
Rodrigo Jose Muller	Peritiba
Roselei Da Silva Pissaia	Peritiba
Ana Paula da Silveira	Piratuba
Kelly Regalin	Piratuba
Tânia Marcia de Souza	Piratuba
Clauci Corradi Zanesco	Presidente Castello Branco

Lucimara Frigo Machado	Presidente Castello Branco
Ana Paula Trentini Alves	Seara
Dhones Stalbert Nunes Silva	Seara
Dilce Maria Nardi	Seara
Claudia Suzana Ferenz	Seara
Ivia Kobs	Seara
Jandrei José Maciel	Seara
Jonalda Arienti	Seara
Cesar Augusto Souza	Xavantina
Deise Cléia Vieira	Xavantina
Marizete Muller	Xavantina
Regina Maria Betiatto Forest	Xavantina
Tereza Simoni Zanandrea	Xavantina

DOCUMENTO NORTEADOR PARA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A AMAUC

Os Municípios que compõem a AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) já vêm organizando diretrizes que orientem e estruturam seus Sistemas de Ensino Inclusivos, garantindo que suas escolas estejam cada vez mais organizadas e estruturadas para receber e atender os estudantes.

Considerando que é crescente a matrícula de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de Ensino e, devido às suas especificidades, é urgente que se complemente a Diretriz da Educação Inclusiva da AMAUC, com um documento orientador e consultivo que sirva para pesquisa sobre a legislação vigente, bem como propostas para atendimento a estes estudantes no ambiente escolar, com práticas baseadas em evidências que realmente contemplem suas necessidades, permitindo seu desenvolvimento e aprendizagem em todos os níveis e modalidades.

Este documento, portanto, irá complementar a Diretriz da Educação Inclusiva da AMAUC propondo formas de organização e do ensino de acordo com as avaliações e orientações dos especialistas que acompanham o estudante, a família, o próprio estudante e da equipe multidisciplinar do município.

Dependendo do nível de apoio que necessite o estudante, indicados nas avaliações, estudos de caso, pareceres dos especialistas, entrevistas com os familiares, entrevista com o próprio estudante, (quando este possuir condições cognitivas de responder) e avaliação da equipe multidisciplinar, serão desenvolvidos os Programas Educacionais Individuais, nos quais constarão quais os tipos de apoio que serão oferecidos ao estudante e que estão presentes na Política Municipal de Atendimento à Educação Especial.

Por ser a escola um ambiente de muitas variáveis e que podem interferir no desenvolvimento e na aprendizagem do estudante com TEA, é fundamental garantir, dentro das estruturas existentes, ambientes organizados que possam atender os estudantes em momentos específicos do trabalho pedagógico, para que estes consigam neles permanecer e aprender segundo suas condições.

A Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual prevê no artigo 3º parágrafo único que em caso de comprovada necessidade, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista nas classes comuns, terá direito a acompanhante

especializado. Porém na Lei brasileira de inclusão não há regulamentação sobre a formação deste profissional. Para tanto, os municípios que compõem a AMAUC consideraram importante proporcionar aos estudantes com TEA um Profissional de Apoio formado pela equipe multidisciplinar/pedagógica que irá acompanhar o estudante.

A decisão de oferta de Profissional de apoio ficará sob responsabilidade da equipe multidisciplinar/pedagógica após avaliações que considerem as competências acadêmicas, sociais e funcionais e constará no PEI do estudante como já referido acima.

Os estudantes com TEA que apresentem capacidade funcional de aprendizagem, autonomia, independência, necessitando de pouco suporte, receberão apoio intermitente e o profissional de apoio somente irá acompanhar quando necessário, ficando a cargo da equipe multidisciplinar e ou da unidade de ensino avaliar e disponibilizar este apoio.

Espaços de apoio ao estudante com Transtorno do Espectro Autista

Os espaços de apoio ao estudante com Transtorno do Espectro Autista descritos no PEI, configuram-se em ambientes que proporcionem principalmente qualidade de vida e bem-estar emocional na escola, mas também devem considerar o neurodesenvolvimento, a aprendizagem acadêmica, a interação social, a comunicação e entendimento dos contextos.

Criar ambientes oportunos, que sejam centrados nas especificidades dos estudantes aumentam as possibilidades e dão suporte à aprendizagem.

Os espaços de apoio já foram contemplados na Diretriz da Educação Inclusiva da AMAUC encaixando-se dentro dos tipos de apoio oferecidos:

Apoio adequado,

São os recursos e estratégias que promoverão o desenvolvimento do interesse e das capacidades das pessoas, bem como as oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relação no ambiente em que vivem. Favorecem a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário. Tipos de apoio que podem ser viabilizados, conforme consta nas Diretrizes da AMAUC (AMAUC, 2022, p. 36):

- **Intermitente** - aquele oferecido em momentos de crises e situações específicas de aprendizagem.
- **Limitado** - reforço pedagógico para algum conteúdo durante um semestre, ou desenvolvimento de um determinado programa.
- **Extensivo** - sala de recursos ou de apoio pedagógico, atendimento itinerante, atendimento complementar, ajuda de especialistas.
- **Pervasivo** - para alunos com deficiências múltiplas ou muito agravantes, durante a vida toda e envolve muitos ambientes e equipe de profissionais.

O tipo de apoio adequado ao estudante será selecionado após avaliações e constará no plano educacional individualizado sob a orientação do professor de AEE, professor regente de turma e coordenador pedagógico. Diretrizes da Educação Inclusiva AMAUC (AMAUC, 2022, p. 36).

Para criar os espaços de apoio é importante a participação de todos os profissionais da escola, família e equipe de apoio ao estudante a fim de assegurar que estes sejam realmente incluídos e respeitados em suas necessidades específicas, fazendo as modificações, adaptações e adequações que darão suporte ao aprendizado.

Essa prática precisa basear-se em evidências, e, portanto, contar com muito estudo e observação direta do estudante a fim de derrubar as barreiras que impeçam a aprendizagem e a participação escolar.

Pretende-se com estes espaços que os estudantes participem das atividades escolares, considerando os conhecimentos curriculares, extracurriculares, valores culturais e familiares, com todos os apoios necessários buscando evitar o fracasso e a exclusão. Corroborar essa discussão Valdez (2019, p. 176): “Crear culturas inclusivas supone la creación de una comunidad escolar segura, acogedora, colaboradora y estimulante, en la que cada uno es valorado y reconocido”.

Orientações para organização de ambientes de apoio:

1- Apoio para adaptação de horários e ritmo de trabalho. Alunos com TEA, podem necessitar de adequações aos ritmos de trabalho escolar, ocorrendo muitas vezes interrupções, pausas rápidas, saídas de sala, intercalar atividades que exijam mais atenção e tempo de permanência com outras mais descontraídas e de interesse do estudante.

Essas estratégias devem ser planejadas em agendas e pistas visuais, de maneira que se antecipem ações, evitando situações conflitivas, de cansaço, que sobrecarreguem o estudante. Porém deve-se buscar ampliar progressivamente o tempo em atividade escolar junto com os demais alunos.

2- Apoio para que consigam compartilhar com os demais estudantes de momentos em atividades de grupo alternando se necessário com atividades no individual. É sempre muito importante atentar-se para as dificuldades e habilidades dos estudantes; principalmente as questões sensoriais que podem interferir drasticamente na capacidade destes em seguir com o grupo.

Observar cuidadosamente os ambientes, horários, materiais, ruídos, odores e o clima, por exemplo; que são estímulos sensoriais e podem desencadear comportamentos

desajustados, sofrimento e dificuldades de aprendizagem.

3- Apoios para que saibam como se comportar nos diversos contextos escolares, sejam em situações de estudo, lazer, eventos escolares, ajudando o estudante acima de tudo a entender o que se espera dele em determinado contexto, antecipando o que irá acontecer em cada momento, acontecimento, mudança de rotina e nos eventos. Criando mecanismos de apoio que sirvam tanto para antecipar, compreender e intervir.

4- Apoio para a compreensão das sutilezas e demandas sociais, não só para que ele compreenda como deve atuar, mas também para evitar que sejam expostos aos colegas, devido sua ingenuidade e dificuldade de comunicação e interação social. Os apoios precisam ser focados no desenvolvimento das atividades em cada contexto, muitas vezes criando histórias sociais para que o estudante consiga perceber as intenções dos demais a partir dos comportamentos observados e já demonstrados em outras situações.

5- Apoio para situações que expõe o estudante no grupo ou nos eventos. Momentos, por exemplo, que causem estranheza aos demais, por seu comportamento, estereotípias, falta de entendimento e interesses específicos, que podem trazer desconforto a quem está próximo, com perguntas recorrentes, comentários feitos sempre sobre o mesmo assunto, dificuldade em ouvir, esperar, autorregular-se e compartilhar interesses.

Este tipo de apoio requer um trabalho com os demais estudantes para possam entender porque o colega se comporta assim. Ao mesmo tempo que deve-se antecipar e alertar o próprio estudante, quando este possui condições cognitivas para compreender que seu comportamento pode e deve mudar de acordo com o ambiente e as pessoas que nele se encontram.

6- Apoios para entender as convenções sociais relativas e hierárquicas dentro do ambiente escolar. Saber como se dirigir as pessoas, colegas, professores, diretores e demais pessoas que compõem o ambiente escolar. Sabendo da rotina e das exigências escolares o estudante tem mais facilidade em saber o que se espera dele.

7- Apoio na quebra de rotinas ou em momentos imprevistos. O ambiente escolar é um ambiente de muitas variáveis no qual nem sempre é possível manter a rotina. Criar estratégias buscando antecipar as mudanças; quando não for possível ter a disposição uma segunda opção, temas de interesse, ambientes de apoio.

8- Apoio para momentos de desorganização, crises sensoriais, raiva, condutas disruptivas. Estas situações são, na maioria das vezes de difícil manejo e, quando isto acontece, a prioridade é sempre acalmar primeiro para depois orientar o estudante e se

possível e ou necessário seguir com qualquer atividade. Deve-se retirar o estudante da exposição e estigmatização. Neste caso os ambientes de apoio descritos no PEI servirão para acalmar e organizar o estudante.

Segundo Valdez (2019, p. 187) algumas observações do comportamento devem ser feitas e consideradas para se criar e utilizar um ambiente de apoio:

- Em que momento ocorreu e o que aconteceu antes da situação problema.
- Com quem estava.
- Que tipo de atividade realizava.
- Que conteúdos escolares estavam trabalhando.
- Contava com apoios suficientes.
- Estava interagindo com os colegas, com a professora, ou com o profissional de apoio.
- Haviam sido antecipados os conteúdos.
- Já havia trabalho com este conteúdo e ou atividade ou era a primeira vez.
- Os conteúdos estavam muito complexos ou muito fáceis.
- Como se resolveu a situação.
- O que aconteceu depois deste comportamento.

“Toda esta informacion puede ser muy relevante en la adopción de un enfoque constructivo o proactivo para diseñar e implementar apoyos” (VALDEZ, 2019, p. 187). Deve-se antes buscar compreender os comportamentos e identificar quando os episódios acontecem para poder criar apoios eficazes. Usar as agendas e pistas visuais é indispensável nestes casos.

9- Apoios que favoreçam a comunicação. O uso de sinais, símbolos, signos, pictogramas e demais sistemas de comunicação, não somente para que entenda os colegas, professores, manifeste o que deseja, sente, precisa, mas também para que consiga entender os conteúdos, as consignas, as solicitações do contexto escolar. Tornando-se mais independente e autônomo, dispensando ajudas e apoios.

10- Apoios para monitorar-se, percebendo seus sintomas, se autorregulando, filtrando comportamentos, flexibilizando interesses, aumentando a capacidade de espera, executando atividades que não são de seu interesse, sabendo como, quando, o que deve fazer e o que precisa utilizar para desenvolver cada atividade.

11- Apoio para favorecer a persistência, permanência e motivação frente a tarefas escolares em geral, mas também naquelas mais difíceis e que não são de seu interesse. Sabendo como agir, para onde se encaminhar e a quem pedir ajuda quando os seus limites estão sendo ultrapassados.

O profissional de apoio

A Diretriz da Educação Inclusiva da AMAUC (2022, p. 22) dispõe sobre o profissional de apoio seguindo a legislação federal. Constando todas as suas atribuições e referenciando o trabalho deste profissional.

No Artigo 3º da Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015:

[...] profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015).

Este profissional deverá auxiliar os estudantes em atividades de locomoção, alimentação, higiene, atividades cotidianas do contexto escolar. Para que ele possa auxiliar nas atividades escolares, deve seguir a orientação da coordenação e do professor regente. Diretrizes da Educação Inclusiva AMAUC (2022).

Já a Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

No artigo 2º, Parágrafo único, diz que em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Para atender os estudantes com Transtorno do Espectro Autista os municípios da AMAUC optaram por capacitar os profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar em formação continuada, para que estes formem, orientem, acompanhem e certifiquem os profissionais de apoio que estarão com os estudantes. Cada município definirá a nomenclatura para o cargo segundo o que consta o Plano de Cargos e Salários próprio.

A capacitação das equipes multidisciplinares dos municípios que compõem a AMAUC será feita por profissional formado em estratégias baseadas em evidências, com experiência de atuação escolar, na criação e organização de ambientes estruturados e de apoio, que possa dar suporte aos municípios quando estes necessitarem de atualizações, discussão de casos e orientações sobre as possíveis demandas que acontecerem nas instituições.

O profissional de apoio precisa ter formação ou cursando as áreas de saúde e/ou educação.

Será um acompanhante que terá conhecimento sobre:

- Transtorno do Espectro Autista.
- Tipos de apoio necessários ao estudante com TEA.
- Organização de ambientes estruturados, rotinas, pistas visuais, materiais adaptados.
- Adaptação curricular avaliação diferenciada.
- Independência e autonomia do estudante com TEA.
- Como manejar comportamentos problema.
- Utilização dos espaços de apoio.

Conhecer o Programa Educacional Individual

Este profissional não fará planejamento curricular e nem avaliação de aprendizagem do estudante. Isso fica a cargo do professor regente com o suporte do professor do AEE.

Deverá participar de todas as formações continuadas, grupos de estudo e seguir as orientações da equipe multidisciplinar.

Este profissional precisa ser devidamente reconhecido pelas políticas públicas municipais e receber certificação não só pela formação continuada, mas também pela confecção e adaptação de materiais e organização dos ambientes.

Programa Educacional Individual

Segundo a Diretriz da Educação Inclusiva da AMAUC (2022, p. 70), o PEI é:

(...) é uma possibilidade em que o conteúdo a ser trabalhado passa por um processo de personalização, considerando o que é relevante para cada estudante. Nele devem constar as metas e estratégias pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento, a independência, a autonomia e aprendizagem.

Após as avaliações, estudos de caso, pareceres dos especialistas, entrevistas com os pais, entrevista com o próprio estudante, (quando este possuir condições cognitivas de responder) e avaliação da equipe multidisciplinar, serão desenvolvidos os Programas Educacionais Individuais, nos quais constarão quais os tipos de apoio que serão oferecidos ao estudante.

No PEI devem constar os objetivos, metas, frequência de aplicação, dados relacionados à aprendizagem acadêmica, com atividades e conteúdos a serem aprendidos.

O ensino de habilidades também precisa ser contemplado: habilidades primárias de autocuidado e independência. Habilidades sociais e comportamento.

Os tipos de apoio oferecidos ao estudante também precisam constar no PEI, descrevendo os ambientes de apoio, os procedimentos de ensino, as adaptações, adequações, ajudas, tipos de recompensas, que serão necessárias para que o estudante se desenvolva e aprenda de fato.

Práticas baseadas em evidências

Uma prática baseada em evidências é um procedimento de instrução/intervenção ou um conjunto de procedimentos para os quais os pesquisadores forneceram um nível aceitável de pesquisa que mostra que a prática produz resultados positivos para crianças, jovens e/ou adultos com TEA. (NPCD - THE NATIONAL PROFESSIONAL DEVELOPMENT CENTER ON AUTISM SPECTRUM DISORDER, 2023).

O Centro Nacional de Desenvolvimento Profissional sobre Transtorno do Espectro do Autismo (NPDC) foi financiado pelo Escritório de Programas de Educação Especial do Departamento de Educação dos EUA de 2007 a 2014. O trabalho do NPDC foi uma colaboração entre três universidades – a **Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, a Universidade de Wisconsin em Madison e o Instituto MIND da Universidade da Califórnia-Davis.**

O objetivo do NPDC era promover o uso de práticas baseadas em evidências (EBPs) para crianças e jovens com TEA, do nascimento aos 22 anos de idade. Isso foi conseguido por meio de um processo abrangente de desenvolvimento profissional nos níveis estadual e local¹.

As práticas baseadas em evidências compõem-se de:

- Experiência clínica individual de quem atende o indivíduo: quem vai colocar em prática e acompanhar as ações, através de condutas mais assertivas.
- A melhor evidência científica disponível: conhecimentos para intervenção adequada.
- Preferência familiar e do paciente: junto com as indicações terapêuticas, proporcionam a qualidade da intervenção.

Critérios e Rigor

¹ O referido estudo encontra-se disponível em: <https://autismpdc.fpg.unc.edu/national-professional-development-center-autism-spectrum-disorder>

Os critérios e o rigor científico são definidos de acordo com:

- Informação relevante, por agregar, modificar o complementar o que já se conhece e promove avanço de conhecimento.
- Quando a intervenção foi testada em um maior número de pessoas, por mais tempo de vida.
- Quando as intervenções produziram resultados, sendo cuidadosamente analisadas e acompanhadas por pesquisadores.
- Quando atendem os padrões de qualidade em estudos experimentais.

Resultados obtidos

Resultados obtidos em estudos experimentais de alta qualidade em um número específico de participantes com combinação de evidências que foram consideradas exitosas.

- Qual a melhor prática
- Aquela que atende as necessidades do estudante.
- Pode-se usar mais que uma.
- A que contempla as avaliações formais e padronizadas.
- Escolhido pela equipe que acompanha o estudante.

28 práticas focais baseadas em evidências (GUIMARÃES; DIAS, 2020, p. 50)

foram escolhidas por preencherem os critérios e o rigor estabelecidos:

1. Análise de Tarefas
2. Atraso de tempo
3. Autogerenciamento
4. Avaliação Funcional do Comportamento
5. Cognitivo Comportamental/ Estratégias de Instrução
6. Comunicação Alternativa e Aumentativa
7. Dicas (Prompting)
8. Ensino por Tentativas Discretas
9. Exercício e Movimento
10. Extinção
11. Instrução Direta

12. Instrução e Intervenção Assistida por Tecnologia
13. Instrução e Intervenção Mediadas por Pares
14. Integração Sensorial
15. Interrupção e Redirecionamento da Resposta
16. Intervenção Implementada por pais
17. Intervenção Mediada por Música
18. Intervenção Momentum Comportamental
19. Intervenção Naturalística
20. Intervenções baseadas no antecedente
21. Modelação
22. Narrativas Sociais
23. Reforçamento
24. Reforçamento Diferencial de Alternativo, Incompatível ou Outros Comportamentos
25. Suportes Visuais
26. Treino de Comunicação Funcional
27. Treino de Habilidades Sociais
28. Videomodelação.

Os apoios oferecidos aos estudantes com TEA serão baseados em evidências para contemplar as especificidades do transtorno garantindo a Educação.

A formação continuada dos profissionais que atuarão com os estudantes ficará a cargo dos próprios profissionais e dos respectivos municípios. Devem constar na formação as aulas teóricas e práticas, garantindo assim a qualidade.

Ficará a cargo de cada município criar em seus sistemas de ensino, processos formativos, estipulando a carga horária mínima anual de 40 horas, sendo 20% de aulas assíncronas, sendo o restante da carga horária na forma presencial.

Baseando-se em evidências o profissional que atuará com estes alunos precisará ser capacitado nas seguintes áreas:

- Transtorno do Espectro Autista
- Avaliação acadêmica
- Adaptação curricular e avaliação diferenciada
- Conhecimento nos 11 tipos de apoio citados neste documento.
- Desenvolvimento do PEI
- Formas de registro
- Ambientes estruturados
- Adaptação e construção de atividades.

Este profissional deverá auxiliar os estudantes nas atividades relacionadas aos aspectos anteriormente obtidos na capacitação oferecida pela equipe multidisciplinar do município.

A atuação do profissional de Apoio se dará sob supervisão da equipe multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense. Diretriz Curricular da Educação Inclusiva da AMAUC/ organização. **Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – Concórdia SC: AMAUC**. Herval d'Oeste: Formato A, 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 06 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>. Acesso em: 06 mai, 2024.

GUIMARÃES, Luiza; DIAS, Roberta. **Prática baseada em evidências, para crianças, adolescentes, jovens e adultos com Autismo**. UNC. Frank Porter Graham Child Development Institute, 2020.

LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em Evidências**. 1. ed. Curitiba: Marcos Valentin de Souza, 2020.

VALDEZ, Daniel. **Autismo: cómo crear contextos amigables**. Buenos Aires: Paidós, 2019.